

Os intelectuais e a questão nordestina

Hevilla Wanderley¹
Luciana Aliaga²

42

Resumo: O desenvolvimento político e socioeconômico do país, marcado pela continuidade das antigas estruturas coloniais, cunhou relações complexas entre as classes sociais, a cultura nacional e a formação dos intelectuais. Um dos elementos resultantes desse processo é a questão nordestina, que se refere precisamente ao desenvolvimento desigual entre regiões brasileiras. No interior da questão nordestina, como buscaremos demonstrar, surgiram representações culturais e políticas que naturalizaram e reforçaram a subalternidade regional, para as quais a atuação dos intelectuais foi decisiva. Para abordar as relações complexas entre a produção intelectual nacional e a questão nordestina centraremos a análise sobre a atuação de Gilberto Freyre e Durval Muniz de Albuquerque Jr., principalmente no que se refere à constituição da “região” como categoria explicativa, que, cremos, corroborou diretamente para a reprodução reiterada de uma visão estigmatizada do Nordeste e dos nordestinos.

Palavras-chaves: Intelectuais; Questão nordestina; Gramsci, Nordeste.

¹ Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba - PPGCPRI (UFPB). Email: hevillawanderley@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0579-9662>.

² Professora Depto. Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais - PPGCPRI (UFPB). Email: lualiaga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7842-715X>.

1. Introdução

A construção de uma identidade nacional como projeto perdurou por décadas no Brasil e, conseqüentemente, marcou a trajetória de parte da intelectualidade brasileira. Um transcurso que começou ainda no Brasil Império³ assumiu uma forma mais sistemática com a revolução burguesa no Brasil (a partir das décadas de 1920 e 1930), e continua se reformulando até os dias atuais, ainda que sem conseguir superar completamente a dualidade histórica da renovação-conservação.

Na virada do século XIX para o século XX, os debates intelectuais brasileiros, inspirados principalmente pelos liberais Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, inseriram importantes questões referentes à educação e ao papel do Estado na formação da nação. Isto sugere que “os intelectuais reconheciam que o Brasil não era uma nação e uma das mais profundas razões para tal situação era a ausência de ‘povo’” (GOMES e FERREIRA, 1989, p. 270). De acordo com Gomes e Ferreira (1989), a construção de uma ideia de nação, de uma identidade nacional percorreu gerações de intelectuais de 1880 até as décadas de 1930 e 1940.

43

Importante notar, entretanto, que as preocupações com a educação do povo em busca da formação nacional foram sustentadas por intelectuais que tinham origem nas camadas dirigentes e “muitos deles participavam das instituições republicanas, como parlamentares, técnicos, diretores de órgãos de cultura e outros” (ABUD, 1998, n.p.). Deste modo, os intelectuais possuíam um veículo apropriado para a implementação da educação pela via da burocracia estatal, que passaria então a controlar o trabalho pedagógico. Deste modo, a despeito da existência de debates concernentes à educação das massas, os “intelectuais envolvidos com as questões educacionais também não escondiam a crença na liderança das elites” (ABUD, 1998, n.p.). Consolidou-se, assim, uma perspectiva conservadora e burocrática da atividade intelectual e da educação das massas que se apresentava em linha de continuidade com a antiga dominação colonial.

Como afirma Florestan Fernandes (2008), os momentos de revolução no Brasil não significaram necessariamente um rompimento com as estruturas coloniais mantidas pelas relações de produção externas e internas que perduram

³ Sobre este assunto consultar Salles (2012).

até hoje. Deste modo a revolução brasileira sustentou seu compromisso com o passado e com as formas arcaicas de poder político, promovendo, assim, a chegada segura para as classes senhoriais a uma democracia restrita no novo Estado-nação. Deste modo, esse processo particular de desenvolvimento burguês contribuiu para que o país se tornasse um lugar por excelência da revolução passiva.

O termo “revolução passiva” foi apropriado por Antonio Gramsci da tese fundamental do *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, do jurista e administrador público napolitano, Vincenzo Cuoco, publicada pela primeira vez em 1801, abordando a revolução napolitana que aconteceu em 1799, em consequência da revolução francesa e particularmente das conquistas de Napoleão. Esse contexto influenciou as classes dirigentes de Napoli, entretanto, “Cuoco nota que às classes dirigentes napolitanas faltaram coerência e determinação, mas que ao fim das contas o elemento decisivo foi a não participação das massas populares nessa comoção histórica” (DEL ROIO, 2009, p. 60).

44 A partir destas reflexões e da análise do *Risorgimento*⁴, Gramsci desenvolve sua crítica à fundação do Estado moderno italiano, que definirá como “revolução passiva” ou “revolução sem revolução”, um processo caracterizado principalmente pela ausência de expressão da vontade das massas. Esse tipo de revolução tem como características centrais “a cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora”, o controle do “surto libertário”, o alijamento do povo das tomadas de decisão, o desencontro entre os intelectuais e o povo e o nascimento de um Estado que invoca o liberalismo, mas modela suas instituições políticas sem rompimento estanque com a escravidão (cf. VIANNA, 1997, p. 43-44).

O problema da ausência de expressão da vontade das massas está diretamente relacionado à profunda centralização do Estado italiano e a consequente alienação política popular, expressas pela notável distância que se estabeleceu entre dirigentes e dirigidos, ou, pode-se dizer entre intelectuais e simples. A formação do Estado a partir de transformações moleculares pelo alto, que não afetam profundamente o *status quo ante*, isto é, a partir da revolução passiva, têm impactos diretos sobre a formação dos quadros intelectuais nacionais.

⁴ Trata-se do movimento que buscou unificar a Itália entre 1815 e 1861, que coincidiu com seu processo de revolução burguesa.

De acordo com Gramsci (Q. 19, §24, p. 2010⁵), a vida política italiana foi definida pelos recorrentes processos de absorção no governo (ou aos grupos que o apoiavam ou sustentavam) dos quadros intelectuais populares ou de oposição – processo que ficou conhecido na Itália como *transformismo*. Por meio dele, a classe dirigente italiana se definiu e se ampliou a partir dos “quadros fixados pelos moderados”, isto quer dizer que o conjunto dos intelectuais, mesmo os de oposição, passaram a agir dentro dos limites fixados pela política dos conservadores, de modo que os ganhos democráticos – conquistados lentamente – estiveram sempre muito aquém das reivindicações dos grupos mais radicais.

O que Gramsci observou na história italiana pode ser “traduzido”⁶ para diferentes realidades, entre elas, a realidade brasileira. Para o curso das revoluções que ocorreram como um longo processo, sem sublevações violentas e rupturas abruptas, buscou-se construir uma racionalidade que pudesse transpor os interesses das elites para a nova ordem burguesa, preservar e expandir o território e ao mesmo tempo manter a atividade política da população sob controle (VIANNA, 1997, p. 47).

45

A construção dessa racionalidade no Brasil teve como forte componente – ainda que não único – o acomodamento dos intelectuais ao *status quo*, que os conservou política e socialmente distantes das necessidades das grandes massas da população. Desenvolveu-se um ideal de civilidade construído através de princípios eurocêntricos e conservadores, redundando na construção de uma racionalidade burguesa moderna apartada dos princípios democráticos presentes nas revoluções burguesas da Europa, em especial na França.

A forma específica da modernização burguesa no Brasil se efetivou, contudo, de maneira desigual em todo o território nacional, isto é, a intensidade e o modo como ocorreu nas zonas centrais e periféricas se distinguiram sensivelmente. Deste modo, as contradições foram ainda mais acirradas nas regiões periféricas brasileiras – isto é, fora do eixo principal São Paulo-Rio de Janeiro –, constituindo-se periferias da periferia, concorrendo para a constituição

⁵ Para fins de simplificação citaremos os *Quaderni del Carcere* – GRAMSCI, 2007 - utilizando a letra Q. seguida do número do caderno, do parágrafo e da página da obra.

⁶ A tradutibilidade consiste em um procedimento metodológico sugerido por A. Gramsci que se refere à possibilidade de tradução entre diferentes culturas nacionais que encontram similaridades estruturais (cf. BOOTHMAN, 2017, p. 1537).

da chamada “questão nordestina”, que determinou relações internas de hegemonia e subalternidade.

A questão nordestina se refere tanto ao desenvolvimento socioeconômico desigual entre as regiões brasileiras, neste caso, entre Nordeste e Centro-Sul, quanto às representações culturais e políticas que naturalizaram e reforçaram a subalternidade das populações nordestinas. A subalternidade, seja socioeconômica, seja cultural ou política é resultado de um processo histórico complexo de longa duração, sustentado por relações sociais de forças que se reproduzem ao longo dos séculos, para as quais a atuação dos intelectuais constitui um elemento de importância central. Neste sentido, a questão regional é, a um só tempo, produto da atuação cultural e política de parte da intelectualidade brasileira e entrave ao próprio projeto intelectual de construção de uma identidade nacional.

46 Neste trabalho pretendemos nos debruçar, portanto, sobre o papel de dois intelectuais brasileiros, Gilberto Freyre e Durval Muniz de Albuquerque Jr., na construção da imagem do Nordeste como um bloco homogêneo, indiferenciado e inferior, presente nas representações midiáticas, literárias, artísticas e políticas. Embora haja uma complexidade de elementos que compõem o universo de análise, dados os limites impostos para a presente discussão, restringimos nosso artigo a estes dois intelectuais, que foram escolhidos pela importância, circulação e impacto de suas obras não só no meio acadêmico, mas na cultura brasileira de modo geral. Gilberto Freyre se tornou objeto da nossa análise por estar entre os fundadores de uma corrente intelectual brasileira cuja atenção se voltou particularmente para a valorização cultural ligada ao tradicionalismo e à defesa do regionalismo nordestino. Albuquerque Jr., por outro lado, pode ser definido como um crítico desse movimento. Assim sendo, ele buscou novas perspectivas teóricas e políticas para não “defender o Nordeste, mas atacá-lo” (ALBUQUERQUE JR., 2011 p. 352). Em sua obra, cuja recepção foi bastante positiva, impactando na ampla circulação de seu pensamento no Brasil, Albuquerque Jr. propõe a dissolução do Nordeste.

Ambos os autores se apropriam de um discurso dualista em que existem “diferentes Brasis”, um na parte Norte e outro mais ao Sul, aparentemente

desconectados. Igualmente buscam resolução para os problemas da região, não obstante divirjam quanto às análises e os caminhos para essas soluções. O que os acomuna, no entanto, é a distância intelectual e cultural em relação às grandes massas da população, ou, melhor dizendo, da perspectiva cultural das classes subalternas e de suas necessidades concretas.

Dessa forma, o artigo será desenvolvido por meio de análise bibliográfica a partir das obras *Nordeste* (1937) e *Manifesto Regionalista* (1952), ambos livros de Gilberto Freyre, e *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), de Durval Muniz de Albuquerque Jr, que discutem de forma central a construção do Nordeste enquanto entidade regional.

Para cumprir este objetivo o presente artigo foi dividido em três partes. A primeira trará uma breve introdução sobre a questão nordestina, onde pretendemos esclarecer seus principais elementos e problemas. A segunda apresentará um debate acerca da concepção gramsciana de intelectual, que será utilizada como paradigma teórico que orientará nossa análise sobre a função política dos intelectuais na produção da cultura. E, por fim, na terceira parte, dividida em dois tópicos, faremos a análise dos dois intelectuais brasileiros cuja produção foi fundamental para esse processo de construção cultural e ideológica da subalternidade nordestina.

47

2. A construção da região como categoria explicativa: a questão nordestina

É possível perceber na construção discursiva-imagética da região nordestina a configuração de uma unidade homogênea e indiferenciada que passa ao largo da imensa variedade cultural, linguística, política e econômica desta expressiva porção do território que agrega nove estados brasileiros. Não apenas a homogeneização da região, mas a sua constituição como categoria explicativa do “atraso” socioeconômico e cultural distorce e vela a permanência de relações de dominação entre as regiões no país. Todos esses elementos, com efeito, serviram de base ideológica para a construção de relações de hegemonia e subalternidade regional no Brasil, o que nos aproxima sobremaneira da situação italiana, analisada por Antonio Gramsci em *Alcuni temi della questione meridionale*, de 1926.

Esse seria, até o início dos trabalhos no cárcere, o texto mais aprofundado do autor sobre os problemas históricos da constituição do Estado italiano, entre eles, a desigual condição socioeconômica e política do Norte industrializado e do Sul agrário, resultado do pacto entre as elites nascidas do sistema industrial burguês, de cariz democratizante, e as antigas elites agrárias, que dominaram secularmente a política no Sul da Itália, o *Mezzogiorno*. Estes problemas foram nomeados no debate intelectual e político italiano da primeira metade do século XX como “questão meridional”.

Na questão meridional, o papel dos intelectuais se consolidava na fusão política e ideológica entre o “bloco agrário”⁷ meridional e a *sinistra giovane*⁸. Esta aliança entre as novas elites do capitalismo industrial e aquelas ligadas ao latifúndio e a tradição feudal foi o modo próprio da revolução-conservação, ou, da revolução passiva por meio da qual o Estado italiano se consolidou, resultando num desenvolvimento regional desigual, na permanência das formas tradicionais de dominação, sobretudo no Sul, no apassivamento e exclusão de vastas massas da política (cf. ALIAGA, 2016).

48

A questão meridional foi um tema abordado por importantes autores na Itália nas décadas de 1920 e 1930. Em 1925 Guido Dorso publicou o ensaio-manifesto *La Rivoluzione meridionale. Saggio storico-politico sulla lotta politica in Italia*. Neste texto Dorso identificava no Partido Comunista da Itália (PCd'I), principalmente devido à direção gramsciana, uma nova força política que teve o mérito de distinguir o “núcleo do problema italiano” que seria justamente a questão do desenvolvimento agrário. Segundo o autor os comunistas teriam sido “os únicos revolucionários a mobilizar as populações camponesas meridionais” (Cf. TARASCIO, 2012, p. 57).

Estas ideias provocaram debates expressivos dentro e fora da esfera socialista⁹. O ensaio-manifesto de Dorso recebeu grande atenção e, de acordo com Giacomo Tarascio (2012, p. 56-57), teria sido – juntamente com os debates que ele

⁷ O “grande bloco agrário” se constituía de três estratos sociais: as massas camponesas; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (Cf. GRAMSCI, 2014, p. 86).

⁸ A “*Sinistra giovane*” pode ser entendida como uma “nova versão” da esquerda, não desligada da *Sinistra Storica* mas diversa dela (cf. ALIAGA, 2016, p. 30).

⁹ Sobre este tema consultar Andrea e Giasi (2013) e Aqueci (2014).

próprio suscitou – o principal interlocutor de Gramsci quando escreveu *Alcuni temi della questione meridionale*, um ano mais tarde. No entanto, para além destas polémicas, é preciso notar que a relação entre cidade e campo, bem como a análise dos entraves que impediam a aliança política entre operários e camponeses, problemas que permeavam toda a reflexão sobre a questão meridional, extrapolavam os limites da análise específica sobre a realidade italiana e se desenvolviam também no interior do comitê central do Partido comunista soviético na época (cf. TARASCIO, 2012, p. 59).

Particularmente na reflexão gramsciana pré-carcerária sobre o assunto, a questão meridional surgiu como uma “questão territorial” e também como uma questão camponesa, em ambos os casos ela pode ser definida pela relação entre hegemonia e subalternidade. Em outros termos, a “questão meridional” em Gramsci se dedica a definir o tipo de hegemonia sobre a qual se fundava o recém-criado Estado italiano e, conseqüentemente, analisar os caminhos pelos quais as elites atuaram para manter o conjunto das classes subalternas sob sua direção, isto é, para reprodução reiterada de sua subalternidade.

49

A análise gramsciana possibilita, portanto, o desvelamento dos processos político-ideológicos e socioeconômicos que se escondiam por trás dos discursos naturalizantes sobre a condição de pobreza e subdesenvolvimento do *Mezzogiorno* e dos preconceitos contra os camponeses meridionais, úteis ao pacto das elites e à manutenção do *status quo ante*. A construção do *Mezzogiorno* como uma unidade homogênea e indiferenciada, marcada pelo atraso e pela miséria, resultado da inferioridade biológica dos meridionais, mostrou-se bastante útil para a manutenção da subalternidade regional. Sobre isto afirmava Gramsci:

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, compensando esta sorte ingrata com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num árido e estéril deserto (GRAMSCI, 1987, p. 139-140).

À semelhança da Itália, na revolução passiva brasileira as diferenças regionais e a questão agrária não foram resolvidas, ao contrário, foram aprofundadas e cristalizadas no âmbito das representações culturais e ideológicas, constituindo o que estamos chamando aqui de “questão nordestina”. Característica distintiva do desenvolvimento capitalista no Brasil consiste no amálgama entre as formas modernas de produção e o latifúndio, relações especificamente capitalistas e formas arcaicas de produção e dependência pessoal, o que acarretou a fragilização socioeconômica de densas frações da população, principalmente no campo. Como afirma Andre Gunder Frank (2012, p. 70), em 1950, a força de trabalho agrícola no Brasil era de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Destas, “mais de 8 milhões, com seus 16 milhões de dependentes, tinham de viver do trabalho que lhes proporcionavam um milhão de latifundiários, dos quais 33.000 e seus familiares, cerca da metade do 1%, possuíam mais de 50% da terra”. No caso específico do Nordeste, o atraso foi conferido inicialmente à questão climática e geográfica e à falência da economia açucareira, assim como a própria população, considerada biologicamente inferior, imagem propagada, entre outros, a partir de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, obra que retrata o massacre de Canudos pelas forças do Estado¹⁰.

Como explicam Correia e Guimarães (2007, p. 7), em um primeiro momento, Euclides considerava a população de Canudos “inimigas das leis, das instituições e da nova política republicana”. Depois do conflito, a opinião do autor sobre o governo parece mudar sensivelmente, o que o levou a criticar o massacre. Contudo, as marcas da cultura de sua época e das correspondentes ideologias de caráter cientificista permaneceram impressas em sua obra e serviram para conformação da região como categoria explicativa.

Neste sentido, Marta Campos (1986), fazendo referência ao sociólogo Roberto Martins, aponta justamente para este equívoco de tomar a região, apartada dos processos históricos nacionais, como categoria explicativa do desenvolvimento social:

enquanto conceito que esconde as determinações concretas de determinada formação social, com suas particularidades físicas,

¹⁰ Sobre o tema consultar Cunha (2000) e Câmara e Câmara (2015).

econômicas, sociais e de classe, assumindo, deste modo, expressão ideológica dos interesses das classes hegemônicas que “fecham” a região para melhor exercerem seu domínio sobre as classes dominadas de determinado espaço econômico e social. “A minha proposição mais geral”, afirma o sociólogo, “parte da afirmativa de que a região não se constitui, tal como tem se cristalizado por diversas vertentes de tradições conceituais, em uma categoria de análise dotada de força explicativa, e que sua existência tem se justificado, e mais especificamente no caso nordestino, essencialmente pela sua tramitação no estatuto ideológico. Isto é, na medida em que um processo de regionalização é agenciado ideologicamente ele passa a cumprir, entre outras coisas, a função de transferir a natureza das relações sociais (políticas e econômicas) para um ser – a região – em meio ao qual todos os agentes terminam por se igualar (CAMPOS, 1986, p. 50).

51 O cerne do problema, de acordo com Campos (1986), reside na concepção ideológica de determinada região como um ser autoexistente. Este procedimento, que torna a região um sujeito concebido abstratamente e sem contradições ou complexidade, substitui a análise concreta do processo de formação do Estado brasileiro e das diferentes temporalidades de desenvolvimento regional, definidas a partir das relações concretas entre as classes sociais e entre as elites no poder nas diferentes regiões do país. Deste modo, a construção de um regionalismo esvaziado do seu conteúdo histórico concreto contribui mais para a reprodução reiterada de preconceitos e ideologias, que estão na base das relações de hegemonia e subalternidade, do que propriamente para explicar a realidade.

3. Intelectuais: os organizadores do consenso

Embora seja possível encontrar um esboço da categoria de intelectuais como dirigentes políticos e organizadores da cultura em *Alcuni temi della questione meridionale*, onde Gramsci trata brevemente dos “intelectuais industriais”, que seriam caracterizados pela inovação, capacidade de direção e organização técnica, e dos intelectuais meridionais, que seriam intelectuais de “velho tipo” (cf. GRAMSCI, 2014), somente nos *Quaderni del Carcere* Gramsci avançará na sua caracterização.

Em sua obra madura, Gramsci desenvolveu o conceito de “intelectual tradicional”, em oposição aos modernos tipos de intelectuais ligados à sociedade capitalista, os “intelectuais orgânicos” (Cf. Q. 12, §1, p. 1513-1523). Por meio de um

alargamento do conceito de intelectual¹¹, Gramsci chegou à concepção de dirigente político, ou, em outros termos, à abordagem política do intelectual como um elemento decisivo para a construção da hegemonia dos grupos em disputa no interior das relações sociais de força. Na análise das relações que se estabelecem entre os intelectuais, as classes sociais e o Estado estão a chave para a compreensão da formação e permanência dos grupos dirigentes, isto é, para a configuração da política como dividida entre classes dirigentes e dirigidas, governantes e governadas.

A preocupação com a organização e direção de classe pode ser verificada na nota de escritura única (texto B) registrada entre agosto e setembro de 1930 no Q. 3, cujo título é *Passato e presente. Agitazione e Propaganda*, na qual Gramsci sublinha o estreito nexos entre as classes sociais, os partidos políticos e seus dirigentes. Diz o autor:

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada (Q. 3, § 119, p. 387).

52

Ao sublinhar que os partidos são expressão das classes sociais e elaboradores de dirigentes da sociedade civil e da sociedade política, Gramsci põe em relevo uma realidade política não imediatamente aparente: o pessoal dirigente de Estado e de Governo está diretamente relacionado às classes sociais. Contudo, não se deve pressupor, por isto, que Gramsci esteja afirmando que o caráter de classe do Estado se deve à origem de classe dos intelectuais que o compõem. O conceito de hegemonia de Gramsci indica claramente que o caráter de classe do Estado se deve aos complexos fenômenos de direção e de dominação de classe, que perpassam tanto a esfera econômica como a esfera cultural e política. Especificamente no que se refere à cultura se deve atentar para os processos de universalização das concepções de mundo de uma classe, de sua capacidade de

¹¹ Em carta à Tatiana de 07 de setembro de 1931, assim como no Q. 10, § 9, Gramsci afirma: "(...) eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo conduz também a certas determinações do conceito de Estado (...)" (GRAMSCI, 1977, p. 166).

tornar sua “filosofia” uma “religião” das massas. O papel dos intelectuais neste contexto seria justamente de trabalhar para a construção e reprodução contínua desta visão de mundo não apenas por meio do governo, isto é, da sociedade política, mas também pela atuação nos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, na sociedade civil.

O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, isto é, embora os intelectuais pudessem aparecer como uma classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos. Neste contexto teórico insere-se a questão registrada ainda em 1930 no Q. 4, § 49: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria de intelectuais?” Ao que o próprio autor responde:

Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, no campo econômico (Q. 4, §49, p. 475).

53

Na medida em que encontram sua origem nas classes, os intelectuais estão inseridos nas relações de forças sociais e representam, por esta razão, interesses de classes. De acordo com Gramsci, a concepção dos intelectuais como um grupo social destacado da luta de classes explica-se, entre outras, pela ação histórica dos intelectuais tradicionais, isto é, daquelas categorias de intelectuais preexistentes às novas formas de organização econômica e social, da qual os eclesiásticos constituiriam um modelo exemplar. Eles, que monopolizaram durante muito tempo a ideologia religiosa e em decorrência a filosofia e a ciência de um longo período na história, influenciando a educação, a moral e a justiça e que – de acordo com Gramsci – podem ser considerados como categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária, sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade na história e sua “qualificação”, de modo que colocam a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (GRAMSCI, Q. 4, §49, p. 475).

Na reescritura desta nota no Q. 12 (§1, p. 1515), o autor acrescenta que é justamente em virtude deste grupo eclesialístico que nasce a acepção geral de “intelectual” ou do “especialista”, isto é, da palavra “clérigo” e de seu correlativo “laico”, no sentido de profano, de não especialista, que subentende uma separação profunda entre o intelectual, o especialista e o homem simples da massa. Deste modo, enquanto o intelectual tradicional caracteriza-se, sobretudo, por representar a ética e a política tornadas anacrônicas em virtude da superação do modo de produção da vida que as sustentava, isto é, devido à implantação de um novo bloco histórico, o intelectual orgânico, pelo contrário, caracteriza-se pela sua ligação aos modernos grupos sociais, que emergem na medida em que superam uma situação social anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder. Neste sentido, deve-se compreender que “todo grupo social” cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais.

54 A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico, portanto, é essencialmente seu compromisso de classe e, em consequência, a posição que assumem em relação à nova formação social, isto é, se é regressiva, se pretende a manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas, ou se é progressiva, isto é, ligada às necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (GRAMSCI, Q.12, §1, p. 1513-1514). Diante disto torna-se evidente que a definição de intelectual nos *Quaderni* não pode ser encontrada nas qualidades intrínsecas às atividades intelectuais, mas no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades – bem como os grupos que as personificam – se encontram, isto é, no conjunto geral das relações sociais (*idem*, p. 1516).

A formação dos intelectuais e seu compromisso de classe, portanto, se relaciona intimamente com o contexto onde estão inseridos e é moldada de acordo com as relações sociais presentes. Por esta razão, os Estados que se formaram a partir de uma revolução passiva, e, portanto, o protagonismo intelectual se desenvolve a partir de uma profunda cisão entre intelectuais e povo, a atividade intelectual é sensivelmente restrita aos limites da ordem vigente. Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 19) lembra as dificuldades da constituição de intelectuais no Brasil devido ao processo de colonização do território. “Os intelectuais, os poucos que havia, eram diretamente ligados à administração colonial, à sua burocracia, ou

então à Igreja (que era na época um aparelho ideológico direto do Estado colonialista)”.

O autor destaca como o modo de produção escravista moldou o perfil dos intelectuais, uma vez que o capitalismo exigia o desenvolvimento de uma cultura liberal das instituições que se formavam dentro de um regime escravista.

Isso gera importantes consequências para a situação do intelectual. O escravismo cria um grande vazio entre as duas classes fundamentais da sociedade brasileira: por um lado, os escravos que, evidentemente desorganizados e carentes de um projeto político global, não podem absorver os intelectuais como seus intelectuais orgânicos; e, por outro, os latifundiários escravocratas, que precisavam dos intelectuais apenas como mão de obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar sua dominação através da batalha de ideias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, que serviu para conceder status tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação (COUTINHO, 2011, p. 20).

55

As relações sociais que se desenvolviam no Brasil colônia, portanto, moldavam e ao mesmo tempo limitavam a parca ação intelectual nos quadros da ordem, com pouquíssima ou nenhuma autonomia e independência. Deste modo, segundo Coutinho (2011, p. 20), restavam poucas opções de resistência à “cooptação pelas classes dominantes”.

O intelectual cooptado não tem necessariamente de ser um apologista direto do regime social que o mantém e do Estado ao qual está ligado. Ele pode, em sua criação cultural ou artística, cultivar sua própria intimidade, ou seja, dar expressão a ideologias ou estilos estéticos que lhe pareçam os mais adequados à sua subjetividade criadora (COUTINHO, 2011, p. 21).

Em outros termos, a revolução passiva brasileira teve como consequência o fortalecimento do aparelho de Estado, isto é, seu aparelho burocrático e militar e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da sociedade civil e de seus aparelhos de hegemonia. Isto redundou na assimilação do intelectual no interior da burocracia de Estado, e, deste modo, ele se tornou sobretudo um difusor das suas ideologias, abrigando-se “à sombra do poder” (COUTINHO, 1980, p. 74), bloqueando a constituição de um movimento nacional-popular.

Uma vez expostas, ainda que brevemente, as relações complexas entre as classes sociais, a cultura nacional e a formação dos intelectuais, pretendemos na próxima seção nos deter especificamente sobre dois intelectuais nordestinos, que desenvolveram estudos sobre a região e chaves de leitura que foram responsáveis pelo desenvolvimento do que se poderia chamar de modo geral de uma “identidade regional nordestina”. São eles: Gilberto Freyre e Durval Muniz de Albuquerque.

4. A tradição de Freyre

A obra de Gilberto Freyre, escritor, sociólogo, historiador e ensaísta pernambucano, de projeção internacional, é fundamental para compreensão da construção imagético-discursiva do Nordeste. Como se sabe, a sua obra *Casa Grande & Senzala* é uma das mais importantes no debate sobre a formação da sociedade brasileira dentro das Ciências Sociais, daí a sua centralidade na discussão sobre a identidade nacional e, especialmente, sobre o Nordeste.

56 No prefácio do livro *Nordeste*, publicado em 1937, Freyre expressa sua intenção de fazer um estudo ecológico da região. No entanto, o texto vai além deste objetivo inicial na medida em que discorre também sobre a construção da nacionalidade brasileira. O autor pernambucano manifesta o desejo de criar rumos para o futuro da sociedade brasileira a partir dos valores e instrumentos do passado. Assim, ele passa a valorizar os tempos áureos do Nordeste açucareiro ao tentar diferenciar o vocábulo “nordeste”, que havia se tornado “uma palavra desfigurada pela expressão ‘obras do Nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. E quase não sugere senão as secas” (FREYRE, 2013, p. 39). Em contraposição a essa imagem, Freyre pretendia mostrar “o outro Nordeste”, aquele onde existia opulência e fartura, ou seja,

o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra (FREYRE, 2013, p. 40).

Freyre admitia a existência de outro Nordeste, o dos sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol (FREYRE, 2013, p. 39). Contudo, reconhecer a existência dessa outra parte da região permitia que o autor reafirmasse os aspectos positivos do litoral.

De acordo com Regina Horta Duarte (2004), Freyre demonstrava incômodo com a associação da nacionalidade brasileira voltada para a modernidade, principalmente por causa da Semana de Arte Moderna, que aconteceu em São Paulo em 1922. Por isso, segundo a autora, Freyre buscava revalorizar o passado abastado do Nordeste, isto é, quando este era ainda a região mais rica do país. Portanto, o debate daquela época se desdobrava em torno dos símbolos que deveriam ser adotados, preservados ou valorizados para se construir o Estado nacional. Neste contexto intelectual, Freyre pretendia preservar a cultura e os valores do antigo Nordeste.

57

Após *Nordeste*, Freyre publicou o *Manifesto Regionalista*, de 1952, lançado pela Editora Região¹². Nele, o autor propõe que outros regionalismos se juntem ao do Nordeste. Como ele próprio explica:

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter (FREYRE, 1996, p. 47 e 48).

No manifesto regionalista, é possível ver de modo mais evidente como Gilberto Freyre constrói uma imagem das regiões como unidades homogêneas, indiferenciadas e abstratas. Nesta obra o autor alerta para a confusão corrente entre regionalismo com “separatismo ou com bairrismo”, critica o que ele chama de “precário *unionismo* brasileiro” e afirma a necessidade da “superação do

¹² Apesar de o autor informar que o texto foi apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que aconteceu em Recife, durante o mês de fevereiro de 1926, não há registro do acontecido, inviabilizando a confirmação do que foi declarado por Freyre (cf. DUARTE, 2004).

estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões sejam mais importantes que os estados” (FREYRE, 1996, p. 48).

Como fica evidente, para Freyre, o regionalismo seria a verdadeira organização nacional, “pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão”. Sendo assim, seria preciso transformar “o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino”. Além de defender uma regionalização, o *Manifesto*, assim como o livro *Nordeste*, é uma ode a um passado nunca vivido pelas classes populares, que remete à ideia de região os costumes da casa grande, como a culinária, os saraus, as missas, etc. A partir desta imagem do Nordeste, o pernambucano critica as novas gerações por não estarem mais imersas nos “bons valores do passado”.

58

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa (FREYRE, 1996, p 72).

O pensamento de Gilberto Freyre, como um dos grandes escritores brasileiros do século passado, foi bastante difundido, assim como a sua ideia de regionalismo tradicionalista e arcaico. Contudo, a despeito dos objetivos expressos pelo autor, que intencionava uma valorização da região na formação da identidade nacional, em seu percurso intelectual ele acabou por reforçar a concepção ideológica do Nordeste como unidade homogênea e sem contradições ou complexidade.

O autor pode ser caracterizado como um intelectual “a sombra do poder” ou como um “intelectual cooptado” pela ordem produzida pela revolução passiva brasileira, para utilizar expressões de Coutinho, não porque nasceu em uma família de colonizadores portugueses e estar diretamente conectado às velhas elites

açucareiras, nem estritamente por invocar um passado idílico nordestino nunca vivido pela massa da população negra, indígena e miscigenada. Mas, fundamentalmente, por sintetizar e difundir uma concepção do Nordeste a partir do alto, isto é, que passa ao largo das necessidades concretas das classes populares e que, por isso, mimetiza a subalternidade em uma construção imagética abstrata de abundância e fruição da natureza, destinada a velar e eternizar a condição dos subalternos. Esta racionalidade conservadora que se adaptada ao *status quo*, ao contrário da crítica, cujo objetivo é a superação da condição subalterna, fornece argumentos intelectuais e culturais que velam e reproduzem a dominação e que, portanto, trabalha em favor da reprodução da ordem vigente brasileira, profundamente desigual.

5. A invenção de Durval

59 Como buscamos demonstrar, Gilberto Freyre é um dos maiores expoentes da “construção” de Nordeste no século XX. Por esta razão atraiu adeptos tanto quanto críticos, entre os quais se destacou o também pernambucano Durval Muniz de Albuquerque Jr.¹³, que propôs um novo paradigma explicativo a partir de sua tese de doutorado de 1994, publicada como livro em 1999, intitulada *A invenção do Nordeste e outras artes*.

De acordo com a tese de Albuquerque Jr., o Nordeste não passaria de uma construção imagético-discursiva e, portanto, a ideia de Nordeste precisaria ser dissolvida, em outros termos, ela deveria desaparecer. A despeito da recepção positiva que esta tese recebeu¹⁴, sua leitura está notavelmente associada à “valorização da identidade e representação, ou mais precisamente, ao discurso, obtendo como resultado o entendimento de que a região Nordeste seria um espaço simbólico” (SANTOS, 2019, p. 448). Segundo o autor:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consciência desta formulação

¹³ Após o seu primeiro livro sobre o Nordeste, o historiador lançou outros títulos. Em 2003, publicou *Nordestino: Uma invenção do falo - uma história do gênero masculino*, e em 2007, *História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história* (cf. REIS, FERREIRA e COSTA, 2017).

¹⁴ Sobre este tema consultar Fontes (2019).

discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço (ALBUQUERQUE JR. 2011, p. 61).

O livro de Albuquerque Jr., a despeito de trazer a lume o importante problema da construção imagética-discursiva do Nordeste, parece confundir o objeto de sua crítica, que se coloca no âmbito dos debates intelectuais e das representações culturais, com os processos históricos concretos que definiram as relações entre as regiões. Dito de outro modo, o autor pretende dissolver pela revisão do discurso não apenas a imagem do Nordeste, construída ideologicamente, mas as próprias relações de poder interregionais, que definiram hegemônicos e subalternos no interior do processo de formação do Estado nacional. Deste modo, termina por negligenciar o processo histórico concreto, com suas contradições e continuidades com o passado, do qual resulta a constituição real das regiões e suas especificidades¹⁵.

60 Assim, apesar da necessária e pertinente crítica aos discursos preconceituosos, construídos principalmente a partir de ideias difundidas no Centro-Sul, bem como dos estereótipos que são propagados na mídia, o autor sustenta o argumento de que esses problemas resultam exclusivamente da ideia de região, construída pelo movimento regionalista e saudosista de Gilberto Freyre. Nesse sentido, até 1930 não existiria uma ideia de Nordeste, e seria, então, a partir da publicação do livro *Nordeste*, em 1937, que essa noção de regionalidade teria surgido. Em virtude disto, a solução estaria na dissolução da ideia de região.

Ao longo do livro, o historiador coloca em relevo os discursos que teriam contribuído para a criação dos imaginários sobre o Nordeste, destacando que não existiriam de fato relações de poder que sustentariam a discriminação, opressão ou exploração:

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe esta exterioridade às relações de poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes da nossa própria discriminação, opressão ou exploração (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 31).

¹⁵ Para uma crítica de maior fôlego sobre a obra de Albuquerque Jr., consultar Santos (2019).

A defesa da tese de que a construção de Nordeste se dá por meio de uma construção imagético-discursiva ilumina-se através do que ele denomina de “maquinaria literária” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 123), mas esconde ao mesmo tempo a questão nordestina. Por um lado, aponta para o papel do discurso e das representações culturais na sustentação de determinadas ideias e relações sociais. Por outro lado, lança um denso véu que esconde as relações sociais concretas, intimamente relacionadas com as representações culturais, mas não coincidentes com elas. Deste modo, ao invés de romper com a constituição da região como categoria de análise, Albuquerque Jr. as consolida pela negação, as reforça, ainda que seja por meio da crítica, fortalecendo o imaginário ideológico sobre o Nordeste e sobre os nordestinos.

Para Albuquerque Jr. (2011, p. 78), a região surge a partir de um “sentimento de saudade” e do medo das elites do Nordeste de ter seus lugares de privilégio ameaçados e, para o historiador, o maior colaborador do processo de “nordestinização” foi Gilberto Freire: “a construção sociológica do Nordeste, por Freyre, é presidida, pois, por uma estratégia política: a defesa da conciliação, a condenação da disciplina burguesa e dos conflitos sociais que esta sociabilidade acarreta (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 117).

61

Assim sendo, Albuquerque Jr. (2011, p. 342) conclui que o Nordeste é inventado por “intelectuais, ligados às forças dirigentes” que são “chamados a produzir um saber, um conhecimento, que dessem à região fala e imagem”. Esses intelectuais, “ligados à sociedade pré-industrial em declínio, elaboram textos e imagens para este espaço, ancorando-o, no entanto, na contramão da história”.

Albuquerque Jr. (2011, p. 345) afirma ainda que “os regionalismos explodem como reação conservadora” ao processo de globalização, colocando regionalismos e nacionalismos como anacronismo e reacionarismo. O autor considera que para permitir a emergência do novo seria preciso ultrapassar as barreiras de nações e regiões, “porque a nação, tanto quanto a região, se tornaram maquinarias da captura do novo, do diferente, e por isso, vivem permanentemente em crise”.

Discursos como a dependência, do subdesenvolvimento como parte do desenvolvimento, da exploração colonial como causas explicativas de

nossa situação do país, parecem estar cada vez mais desgastados, porque partem da premissa de fundo, que é a nossa vitimização enquanto país; a culpa do atraso é dos outros, não nosso, enquanto vencedores e vencidos (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 346).

A análise baseada em discursos negligencia os fatores materiais que compõem as contradições sociais do país e deixa a entender que a força de vontade de um povo basta para superar obstáculos, uma proposição que se desenvolve de forma difusa e contribui para mascarar os problemas socioculturais, políticos e econômicos. Deste modo, o procedimento crítico, potencialmente progressista, torna-se apenas um recurso retórico na medida em que, assim como Freyre, encobre e reproduz as relações concretas de subalternidade. Deste modo, a atividade intelectual se distancia igualmente da perspectiva popular, e, ao contrário, reforça o *status quo*, evidenciando o traço permanente da revolução passiva na intelectualidade brasileira: o distanciamento social, cultural e político entre intelectuais e a massa da população.

62

6. À guisa de conclusão

As reflexões sobre o Nordeste desenvolvidas pelos dois intelectuais em tela, bem como a crítica específica de Albuquerque Jr. a Gilberto Freyre, revelam, cremos, dois lados de uma mesma moeda: a constituição da região como categoria explicativa, que corroborou diretamente para a reprodução reiterada de uma visão estigmatizada do Nordeste e dos nordestinos. A despeito das intenções manifestas, ambos os intelectuais, reforçaram uma noção abstrata e homogênea da região, negligenciando os processos concretos de constituição do Estado brasileiro e suas contradições.

Esta análise põe em evidência uma realidade já observada por Carlos Nelson Coutinho no que se refere à formação do intelectual nos quadros da revolução passiva: parte expressiva da intelectualidade brasileira se moldou ao *status quo*, com pouquíssima ou nenhuma autonomia e independência, gestada a partir da burocracia e nos limites da ordem social burguesa, ligando-se seja às antigas oligarquias rurais, como pode-se dizer de Freyre, ou às classes progressistas burguesas, como no caso de Albuquerque Jr. Neste segundo caso, a despeito de

constituir o elemento de inovação (do par inovação-conservação da revolução passiva) a intelectualidade brasileira tem como característica o seu profundo isolamento da base da população, dos seus problemas estruturais de subsistência e das suas representações culturais.

A revolução passiva brasileira teve, portanto, como consequência a formação do Estado nacional a partir do fortalecimento do seu aparelho burocrático e militar e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da sociedade civil e de seus aparelhos de hegemonia. Isto redundou, como já dissemos, numa democracia restrita, na assimilação do intelectual no interior da burocracia de Estado e, conseqüentemente, no afastamento entre intelectuais e setores populares. Deste modo, os intelectuais se tornaram, sobretudo, difusores das ideologias oficiais, apartadas das necessidades populares, abrigando-se “à sombra do poder” (COUTINHO, 1980, p. 74), bloqueando a constituição de um movimento genuinamente nacional-popular, capaz de oferecer uma solução concreta para a questão nordestina.

63

7. Referências bibliográficas

ALIAGA, L. Gramsci e a democracia nos *Cadernos do Cárcere*: a crítica à teoria das elites. **Crítica Marxista**. São Paulo, 2016.

ABUD, K. M. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ANDREA, G. D.; GIASI, F. (org.). **Il Mezzogiorno e l'Italia**, Roma: Studium, 2013.

AQUECI, F. Nord e Sud, America e Italia, la questione meridionale in due grandi nazioni industriali. **Paradigmi. Rivista di critica filosofia**, n. 3, 2014.

BOOTHMAN, D. **Tradutibilidade**. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

CÂMARA, Y. M. R.; CÂMARA Y. R. Canudos revisitado: uma breve análise do que foi a utopia de Antônio Conselheiro, ameaça à consolidação do poder da República no final do século XIX. **Revista Entrelaces**, n. 5, mai. 2015.

CAMPOS, M. **Colonialismo cultural interno: o caso Nordeste**. Fortaleza: 1986.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, C. N. **Democracia como valor universal**: Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

CUNHA, E. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves Editora; Publifolha, 2000.

DEL ROIO, M. **A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva**. In: Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações / MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Orgs.). Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

DUARTE, R. H. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, pp. 125-147, 2004.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FONTES, H. A invenção do Nordeste, descaminhos sísmicos de uma peça documental do Grupo Carmin. **Revista Observatório Itaú Cultural**. n. 25, mai./nov. 2019.

64 FRANK, A. G. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREYRE, G. **Nordeste**: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 1. ed. digital. São Paulo, 2013.

FREYRE, G. **O manifesto regionalista**. 7ª ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p. 47-75.

GOMES, A. C; FERREIRA, M. M. Primeira República: um balanço histórico gráfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.

GRAMSCI, A. Alcuni temi della questione meridionale. **Lo Stato operaio**, jan. 1930. In GRAMSCI, A. La questione meridionale. Molinara: West Indian 2014.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlato; Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana**. Turim: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SALLES, R. H. O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack, Guarulhos.** n. 4, p. 5-45, dec. 2012.

SANTOS, N. A. Elementos para crítica à tese de invenção do Nordeste. **REVES-Revista Relações Sociais.** vol. 2 n. 3, 2019.

TARASCIO, G. Gramsci e la questione meridionale. Genesi, edizioni e interpretazioni. **Historia Magistra - Rivista di Storia Critica,** ano IV, n. 9, 2012.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva:** iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1997.

Intellectuals and the Northeastern question

Hevilla Wanderley
Luciana Aliaga

Abstract: The political and socioeconomic development of Brazil, marked by the continuity of the old colonial structures, created complex relationships between social classes, national culture and the formation of intellectuals. One of the elements resulting from this process is the Northeastern Question, which refers precisely to the uneven development among Brazilian regions. Within the Northeastern Question, as we will try to demonstrate, cultural and political representations emerged that naturalized and reinforced regional subordination, for which the performance of intellectuals was decisive. To address the complex relationships between national intellectual production and the Northeastern Question, our analysis will focus on the performance of Gilberto Freyre and Durval Muniz de Albuquerque Jr., especially with regard to the constitution of the “region” as an explanatory category, which, we believe, corroborated directly for the repeated reproduction of a stigmatized view of the Northeast and the northeasterners.

Keywords: Intellectuals; Northeastern question; Gramsci; Northeast.

Los intelectuales y la cuestión nororiental

Hevilla Wanderley
Luciana Aliaga

Resumen: El desarrollo político y socioeconómico del Brasil, marcado por la continuidad de las viejas estructuras coloniales, generó complejas relaciones entre las clases sociales, la cultura nacional y la formación de intelectuales. Uno de los elementos resultantes de este proceso es la cuestión nororiental en Brasil, que se refiere precisamente al desarrollo desigual entre las regiones brasileñas. Dentro de la cuestión nororiental, como intentaremos demostrar, emergió representaciones culturales y políticas que naturalizaron y reforzaron la subalternidad regional, para lo cual la actuación de los intelectuales fue decisiva. Para abordar las complejas relaciones entre la producción intelectual nacional y la problemática nororiental, centraremos el análisis en la actuación de Gilberto Freyre y Durval Muniz de Albuquerque Jr., especialmente en lo que se refiere a la constitución de la “región” como categoría explicativa, que creemos, ha corroborado directamente por la reproducción repetida de una visión estigmatizada del Noreste y los nororientales.

Palabras-clave: Intelectuales; La cuestión nororiental Gramsci; Noreste.

Recebido em 30 de setembro de 2020
Aprovado em 8 de fevereiro de 2021